

Comentário de Dra. Mary Tanner sobre

O DOM DA AUTORIDADE

O mais recente informe da Comissão Internacional Anglicana/Católica Romana

Maio de 1999

INTRODUÇÃO

Quais são os antecedentes do RELATÓRIO?

Para os anglicanos e os católicos romanos é fundamental chegar a um acordo em questões de fé - acordo suficiente para que nos reuna e nos mantenha unidos - para buscar uma unidade plena e visível. O Arcebispo Michael Ramsey e o Papa Paulo VI iniciaram um diálogo teológico em 1968 que continuou por mais de 30 anos. Em 1981 se chegou a um ponto milhar com a publicação do RELATÓRIO Final do ARCIC. Este documento reproduziu declarações do acordo sobre a eucaristia, o ministério e a autoridade. O RELATÓRIO foi objeto de amplo estudo. O clero e o laicato das duas igrejas, em muitas partes do mundo, demonstraram um autêntico entusiasmo diante do fato de que em áreas nas quais nossas igrejas estavam amargamente divididas, agora podíamos declarar com confiança que existia um acordo substantivo.

A Conferencia de Lambeth de 1988 afirmou que as afirmações sobre a eucaristia e o ministério eram 'concordes em substancia com a fé dos anglicanos', se bem que ambas comunhões reconheceram que nos dois textos sobre autoridade existia muito sobre o que podiam estar de acordo, também assinalaram áreas nas quais era necessário promover uma maior harmonia de enfoque: a relação entre as Escrituras, a Tradição e o exercício da autoridade no ensino; a colegialidade, a conciliaridade e o papel desempenhado pelo laicato na tomada de decisões; e o ministério petrino da primazia universal. As duas igrejas confiavam que o trabalho realizado até então proporcionava um motivo para crer que era possível chegar a maiores acordos. Agora, onze anos mais tarde, a Comissão oferece mais material sobre a autoridade no documento 'O Dom da Autoridade (Autoridade III)'.

Por que este RELATÓRIO é importante?

As duas igrejas concordam que compartilham um profundo grau de comunhão baseada em nosso batismo comum. Ambas as igrejas estão comprometidas a fazer com que o dom da unidade que Deus tem prometido a sua Igreja que seja plenamente visível. A comunhão plena e visível encarna a aceitação de uma autoridade comum. Isto, por sua vez, requer um entendimento compartilhado da autoridade. Deste modo, este trabalho posterior sobre o tema da autoridade, na sua mais profunda concordância, é vitalmente importante se, os anglicanos e os católicos romanos desejam viver juntos em uma unidade visível.

I. O TEMA PREDOMINANTE: O 'SIM' DE DEUS E O NOSSO 'AMÉM'

Não é fácil resumir o RELATÓRIO. Cada frase é importante na estruturação do todo. Vale a pena estudá-lo lentamente e de forma cuidadosa. Existe um tema predominante, criativo e

sugestivo, que deve ser dominado, a fim de apreciar os avanços no entendimento da autoridade conseguidos neste RELATÓRIO. O tema predominante é o "Sim" de Deus a nós e o nosso "Amém" a Deus. A vontade de Deus é alcançar que todo o povo esteja em comunhão com Ele na Criação transformada. Em Jesus Cristo, Deus não só afirma esse propósito, mas também assegura o resultado, demonstrando o seu sempiterno 'sim' a nós. Na fiel obediência de Jesus ao Pai, os cristãos podem reconhecer a resposta perfeita da humanidade, o perfeito 'Amém' a Deus e ao propósito dele. Em, com e mediante Cristo, pelo poder do Espírito Santo, afirmamos nosso 'Amém' a Deus e ao propósito dele para todos nós. A vida do cristão, a vida da comunidade da Igreja, são vividas dentro da órbita do continuo 'sim' de Deus a nós e aos nossos desejos, mediante a graça do Espírito Santo, de dizer 'amém' a Deus. O ministério da autoridade na Igreja deve servir para ajudar a Igreja e ao mundo a ouvir o 'sim' de Deus e a permitir uma resposta. Dentro do marco deste tema predominante se desenvolve a pesquisa: primeiro, a natureza da autoridade, e depois, a maneira pela qual é exercida a autoridade na Igreja, incluído um ministério de primazia.

II. A AUTORIDADE NA IGREJA (parágrafos 7-31)

A descrição da forma como funciona a autoridade na Igreja avança passo a passo:

A autoridade na Igreja é um dom, o dom de Deus a seu povo, que permite que a Igreja viva na memória do 'sim' de Deus realizado em Cristo e o guia para dar sua fiel resposta.

O 'sim' do cristão individual aos propósitos de Deus se diz dentro da fé da comunidade cristã: a comunidade local de crentes e a comunidade dos fiéis de todos os tempos e lugares. A comunidade dos fiéis através do tempo e do espaço transmite a fé revelada por meio de uma rica vida na Palavra e nos sacramentos e de uma vida em comunhão.

A Tradição é um dom recebido do passado e o tesouro que passa de mão em mão em circunstâncias variadas e tempos que mudam continuamente. O que receberam e proclamaram os apóstolos se encontra agora na Tradição da Igreja onde se prega a Palavra de Deus e se celebram os sacramentos de Cristo. As Escrituras ocupam 'um lugar único e normativo' através do qual a Igreja avalia seus ensinamentos e sua ação quando enfrenta novas percepções e desafios. 'A Tradição', afirma o RELATÓRIO, é um 'canal de amor' que abre o Evangelho a todo o povo.

A transmissão da Tradição é responsabilidade e trabalho de todo o povo de Deus. O Relatório descreve esta dinâmica recepção e transmissão da Tradição como uma 'sinfonia' na qual se desempenham diversos papéis. O teólogo tem seu papel. Aqueles a quem se confia a supervisão têm seu papel especial de manter viva a memória do que Deus fez em Cristo e a esperança do que Deus levará a sua plenitude.

Aqueles que vigiam devem estar atentos ao pensamento de todos os fiéis (o *sensus fidelium*). Na vida da Igreja, entre o pensamento dos fiéis e o 'ministério da memória' deve haver sempre uma relação recíproca.

Os anglicanos e os católicos romanos podem concordar com estas coisas sobre a autoridade da Igreja. No entanto, devido ao fato de que as duas comunhões viveram vidas separadas

devem agora aprender das suas respectivas percepções. Devem aproveitar a oportunidade de compartilhar o pensamento dos fiéis e o ministério da memória dentro de uma comunidade mais ampla de crentes. Dessa maneira anglicanos e católicos romanos poderiam partilhar juntos a recepção do ‘sim’ de Deus e poderiam aprender a responder juntos num único ‘Amém’.

III. O EXERCÍCIO DA AUTORIDADE NA IGREJA (parágrafos 32-50)

O RELATÓRIO oferece um conceito chave pelo qual se compreende o funcionamento da autoridade na Igreja. Todos os fiéis são chamados a viajar juntos, a andar juntos pelo caminho. A palavra grega ‘*syn-hodos*’ é a raiz da palavra ‘sinodal’. A sinodalidade se refere a vida de todos os que caminham juntos dentro da Tradição, aqueles na igreja local e aqueles na comunhão de todas as igrejas locais através do espaço e do tempo.

(i) Sinodalidade: o andar juntos pelo caminho (parágrafos 34-40)

O exercício da autoridade tem uma orientação missionária de assegurar que a Igreja se mantenha fiel aos propósitos de Deus e de convidar todo o povo que responda a Deus com um ‘Amém’.

O bispo exerce a supervisão da igreja local, a fim de guiar as igrejas para que digam seu autêntico ‘Amém’ a Deus. Os fiéis têm o dever de receber a orientação e as decisões daqueles que exercem a supervisão, reconhecendo a Deus que opera no exercício da autoridade por parte do bispo. A autoridade do bispo não é arbitrária. Ela trabalha dentro do ‘senso de fé’ da comunidade.

Nenhuma igreja local com seu bispo é suficiente por si mesma. A igreja local vive na Tradição como parte de toda a Igreja e junto com ela. O bispo local, por meio de sua pertença ao colégio dos bispos, desempenha um papel para que a igreja local possa andar junta no caminho com a Igreja toda. Juntos, os bispos procuram discernir e articular o pensamento dos fiéis.

Os anglicanos e os católicos romanos podem uma vez mais concordar nestas coisas sobre o exercício da autoridade dentro do andar juntos pelo caminho da Igreja toda, ainda que os modos pelos quais as duas Comunhões se estruturam hoje em dia não seja idêntico. Na Comunhão Anglicana, os bispos, o clero e o laicato consultam e legislam juntos em sínodos, onde os bispos desempenham um ministério distinto com relação aos temas de doutrina, adoração e vida moral. Existem formas de sinodalidade nos níveis local, provincial e mundial. O Encontro de Primazes, o Conselho Consultivo Anglicano, a Conferência de Lambeth e o Arcebispo de Cantuária são instrumentos de sinodalidade a nível mundial. Na Igreja Católica Romana a sinodalidade existe nas reuniões de bispos, nas conferências episcopais, nos grupos regionais de bispos, quando estes visitam Roma juntos. Tem havido um movimento que fomenta a participação ativa de pessoas leigas na vida e missão das igrejas locais. Neste ponto, o RELATÓRIO passa a uma seção muito importante.

(ii) Perseverança na verdade: discernir juntos no caminho (parágrafos 41-44)

As duas igrejas têm diante de si a questão de como se discerne a verdade em situações de desafio. A participação de todo o corpo, juntamente com aqueles encarregados do ministério da memória, é indispensável.

Ao discernir, a Igreja pode confiar na promessa de Cristo de guiá-la a toda verdade. Em circunstâncias especiais, aqueles que estão investidos do ministério de supervisão podem chegar a um juízo que, fiel às Escrituras e de acordo com a Tradição, é preservado de erro.

‘É isto que se quer dizer quando se afirma que a Igreja pode ensinar infalivelmente’.
(parágrafo 42)

O corpo inteiro dos fiéis participa no discernimento, e não somente aqueles a quem se confia o ministério da memória. A recepção de ensinamentos é parte integral do processo. E aqui figura uma passagem crítica: ‘As definições doutrinárias são recebidas como normativas em virtude da verdade divina que proclamam, assim como pelo ofício específico da pessoa ou das pessoas que as proclamam dentro do *sensus fidei* da totalidade do povo de Deus. Quando o povo de Deus responde com fé e diz "Amém" a esse ensino normativo é porque reconhece que este ensino expressa a fé apostólica e atua na autoridade e na verdade de Cristo...’
(parágrafo 43)

Haverá ocasiões em que o *sensus fidelium* percebe a necessidade da Igreja falar sobre um assunto de fé e quando chama aqueles que exercem um ministério de supervisão para que se expressem. O colégio episcopal ‘tem o poder de exercer este ministério porque está unido em sucessão aos apóstolos, que foram o corpo autorizado e enviado por Cristo a pregar o Evangelho a todas as nações’. (parágrafo 44) O exercício da autoridade magisterial requer que o que se ensina seja fiel às Escrituras e de acordo com a Tradição apostólica.

Nesta seção se deu um passo adiante nos acordos alcançados em Autoridade I e II. O delicado equilíbrio mantido no tratamento da infalibilidade do ensino normativo, que pertence à Igreja, e ocorre, por orientação do Espírito Santo, na vida da comunidade, sob certas circunstâncias, é importante para ambas as igrejas. O RELATÓRIO tem integrado tanto os serviços especiais de um ministério de supervisão como o papel de todos os fiéis no ministério da Igreja para ensinar infalivelmente. Isso tem importantes conseqüências para ambas as igrejas, ao ponderar com elas a reforma de suas próprias vidas hoje em dia, e ao considerar a possibilidade de um exercício conjunto da autoridade no futuro. Agora o RELATÓRIO chega ao tema que muitos estarão aguardando.

(iii) Primazia (parágrafos 45-49)

É fato que existem formas de primazia nas duas igrejas. As províncias anglicanas tem seu Primaz, O Encontro dos Primazes serve a toda Comunhão Anglicana, e o Arcebispo de Cantuária exerce um papel de primazia em toda a Comunhão Anglicana. O RELATÓRIO reflete o seguinte:

Os aspectos de primazia e conciliaridade do ministério de supervisão pertencem ambos a todo nível da vida da Igreja.

Desde os tempos do Novo Testamento, o papel de Pedro entre os apóstolos fortaleceu aos demais. O bispo de Roma tem exercido um ministério de primazia em alguns casos para o benefício da Igreja toda e em outros casos para o benefício de uma igreja local, como quando Gregório Magno apoiou a missão de Santo Agostinho.

Dentro de seu ministério mais amplo, o bispo de Roma oferece um ministério especial de discernimento, que muitas vezes é mal compreendido. ‘Toda a definição solene é pronunciada dentro do Colégio daqueles que exercem o episcopé e não fora deste Colégio’. (parágrafo 47) Devido ao fato de que o bispo de Roma se pronuncia dentro do Colégio de bispos, não proclama sua própria fé individual, mas a fé de todas as igrejas locais.

Para ensinar, o bispo de Roma deve discernir guiado pelo Espírito Santo e em fidelidade às Escrituras e à Tradição. O RELATÓRIO o resume da seguinte maneira: ‘É...a fé de todos os batizados em comunhão, e esta somente, que cada bispo pronuncia com o corpo de bispos em concílio. É esta fé que o bispo de Roma em determinadas circunstâncias tem o dever de discernir e explicitar’. (parágrafo 47)

O RELATÓRIO deixa claro que a recepção da primazia do bispo de Roma encarna o reconhecimento de seu ministério específico de primazia universal. É também evidente, e isto é importante para os anglicanos, que a autoridade é exercida por cristãos frágeis para o bem de cristãos frágeis. Isto não deixa de ser verdade para os sucessores de São Pedro. De fato, o Papa João Paulo II, em sua Encíclica **Ut Unum Sint**, admite sua própria fragilidade humana. O RELATÓRIO tem contribuído muito para o exame desses temas solicitados pelas duas comunhões. Afirma com confiança que esta percepção do significado da autoridade e de seu exercício é um ponto que pode ser compartilhado por anglicanos e católicos romanos. Nos ajuda a ver que, ao fim de tudo, o objetivo do exercício da autoridade e sua recepção é permitir que a Igreja diga ‘Amém’ ao ‘Sim’ de Deus.

IV. PASSOS PARA A UNIDADE VISIVEL: QUAIS SÃO OS DESAFIOS DO RELATÓRIO? (parágrafos 51-62)

O RELATÓRIO não oferece somente uma declaração teológica. Reconhece que ambas as igrejas são igrejas que estão mudando no que se refere ao exercício da autoridade. A Comunhão Anglicana está avançando para estruturas universais que promovam a koinonia. A Igreja Católica Romana procura fortalecer as estruturas locais e intermediárias. Estas mudanças são, de fato, complementares. O acordo teológico que oferece este RELATÓRIO encarna desafios para as duas comunhões.

(i) Desafios para os anglicanos (parágrafo 56)

Está a Comunhão Anglicana aberta à aceitação de instrumentos de supervisão cujas decisões obrigariam em certas circunstâncias a todos?

Estas novas estruturas permitirão aos anglicanos participar do *sensus fidelium*, e do pensamento da Igreja com todos os cristãos?

Em que medida debilita a Comunhão a ação unilateral das províncias, mesmo depois da consulta?

Que conseqüências podem advir da disposição dos anglicanos de tolerar a anomalia (por exemplo, nas diferentes práticas relacionadas com a ordenação feminina) que tem conduzido a uma deterioração da comunhão na partilha da eucaristia e exercício do episcopé?

Como responderão os anglicanos à questão da primazia universal na forma como está surgindo tanto em sua própria vida interna como no diálogo ecumênico?

O RELATÓRIO de Virgínia trata de questões muito similares e os bispos na Conferencia de Lambeth convidaram as províncias a estudarem o assunto com vistas ao fortalecimento da unidade e da comunhão dentro da Comunhão Anglicana.

(ii) Desafios para os católicos romanos (parágrafo 57)

Em que medida participam de fato ativamente o clero e os leigos nos órgãos sinodais emergentes da Igreja?

Tem sido suficientemente implementado o ensino do Concílio Vaticano II sobre a colegialidade dos bispos?

Foram feitas provisões suficientes para assegurar a consulta entre o bispo de Roma e as igrejas locais antes da adoção de decisões importantes?

Como é levada em conta a variedade de opinião teológica quando se tomam decisões?

Respeitam adequadamente as estruturas da Igreja Católica Romana o exercício da episcopé em todos os níveis da vida da Igreja?

Como enfrentará a Igreja Católica Romana a questão da primazia universal que surja do diálogo que o Papa pede em **Ut Unum Sint**?

Estas são perguntas incisivas postas diante de cada igreja. Muito depende da maneira em que cada uma delas as responde, não só com palavras mas com a reformulação de sua própria vida. As perguntas reclamam um auto-exame radical e sistemático que conduza a uma renovação de nosso próprio exercício da autoridade e a um compromisso de exercê-la juntos dentro de uma Igreja visivelmente unida.

(iii) Desafios para ambas as igrejas (parágrafo 58)

Às duas Igrejas não só se apresenta o desafio de fazer juntas tudo o que possam, mas também de estar juntas em toda ocasião possível. Se estimula aos bispos para que trabalhem juntos nos níveis regional e local, para que participem em reuniões internacionais, acompanhando os anglicanos aos bispos católicos romanos em suas visitas a Roma, ensinando e atuando juntos e compartilhando a supervisão das iniciativas ecumênicas locais. É lamentável que se destaque aqui somente o compartilhar episcopal, especialmente em um RELATÓRIO que tanta ênfase dá à inseparável relação entre o ministério de supervisão e o pensamento do povo todo de Deus. Os bispos das duas comunhões podem retirar muito proveito ao escutar o laicato de

ambas as igrejas que hoje compartilham juntos e regularmente em muitos aspectos da vida e do testemunho.

(iv) O desafio da primazia universal: Um dom que deve ser compartilhado (parágrafos 60-63)

A seção final do RELATÓRIO oferece um atraente perfil do ministério da primazia universal exercido em colegialidade e conciliaridade, um ministério do servo dos servos de Deus, que sustenta a diversidade legítima e realça a unidade; um ministério que exerce a liderança no mundo e nas vidas das duas igrejas, que se reúnem para consulta e discussão. Este perfil fará seguramente regozijar o coração de muitos anglicanos e católicos romanos que almejam uma unidade visível e estar em comunhão juntos com o bispo de Roma. Acharão atraente a sugestão da Comissão que:

Os anglicanos se abram e almejem uma recuperação e uma nova recepção, sob certas condições do exercício da primazia universal do bispo de Roma;

Os católicos romanos se abram e almejem uma nova recepção da primazia universal do bispo de Roma e o oferecimento de tal ministério a toda a Igreja de Deus.

Chama a atenção aqui que o RELATÓRIO fala de uma nova recepção da primazia universal do bispo de Roma por parte das duas igrejas. Não é o fato de que os anglicanos voltem a receber esta primazia da Igreja Católica Romana, senão que ambas as igrejas voltem a receber juntas um ministério renovado de primazia universal.

V. QUE DEVEMOS FAZER COM ESTE RELATÓRIO?

Este RELATÓRIO merece um estudo minucioso e crítico, preferencialmente em grupos que incluam anglicanos e católicos romanos para que possam interpretar mutuamente suas distintas experiências de autoridade e suas esperanças relativas a um exercício comum da autoridade no futuro. Os membros do diálogo oficial anglicano-católico-romano necessitam escutar as reações ao seu trabalho vindas de todos os lugares do mundo. Aqueles que exercem a autoridade devem guiar o processo de discernimento e reflexão sobre este RELATÓRIO e instar a que acordos desemboquem em ‘passos concretos’ na busca mais além do que se buscou em 1981. Porque se não mudamos de algum modo nossas vidas e relações, haverá pouca confiança na eficácia da busca de um acordo de fé como uma das tarefas no caminho até a unidade visível. O Dom da Autoridade é por si mesmo um dom, um instrumento, para levar anglicanos e católicos romanos a darem uma resposta conjunta ao ‘Sim’ de Deus com um único ‘Amém’.